



COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, REGIMENTO, ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E  
LEGISLATIVOS.

**RELATÓRIO DE EXERCÍCIO – 2024**

**Setor Informante:** Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos.

**MACRODESAFIO:** Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

A Comissão Permanente de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos(COJ) está prevista no artigo 51 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, competindo-lhe opinar e votar sobre todos os assuntos relativos à Organização Judiciária e aos serviços auxiliares da Justiça de primeiro e segundo graus, submetendo textos ao Tribunal Pleno após a aprovação de seus membros; propor alterações de ordem legislativa ou de atos normativos do próprio Poder Judiciário; realizar o controle e o acompanhamento de projetos encaminhados à Assembleia Legislativa; emitir parecer sobre proposta de alteração do Regimento Interno e manter atualizado seu texto, de acordo com as alterações decorrentes de emendas.

A composição da referida Comissão para o biênio 2023/2025 foi definida através da Portaria nº 603/2023-GP, de 8 de fevereiro de 2023, sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Roberto Gonçalves de Moura, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, contando em sua composição com o Exmo. Sr. Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça; o Exmo. Sr. Desembargador Amilcar Roberto Bezerra Guimarães e o Exmo. Sr. Desembargador Pedro Pinheiro Sotero, além dos servidores Thaisa Carepa Castro, Secretária, Orlando Cerdeira Bordallo Neto, Kátia Maria Franco Bastos e Camila Pinheiro Cunha dos Santos.



No ano de 2024, foram realizadas 12 (doze) reuniões ordinárias e uma extraordinária pela COJ, possibilitando a análise de propostas de atos normativos encaminhados por diversos setores do TJPA.

Após a apreciação da Comissão, os referidos normativos foram encaminhados ao Tribunal Pleno do TJPA para aprovação, dando origem a 13 (treze) Resoluções, 3 (três) Emendas Regimentais, 7 (sete) Anteprojetos de Lei, 3 (três) Anteprojetos de Lei Complementar e 1 (uma) Emenda à Constituição do Estado do Pará, conforme demonstrativo a seguir:

- **Resolução nº 1, de 28 de fevereiro de 2024** - Altera as denominações e especifica as competências da 5ª e da 6ª Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Santarém; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Resolução nº. 2, de 28 de fevereiro de 2024**— Dispõe sobre a redefinição de competência e transformação da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém na 4ª Vara de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Belém, e a renomeação da 4ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Resolução nº. 3, de 27 de março de 2024** - Altera o texto da Resolução nº 3, de 3 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a instituição da sistemática da Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará; (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Resolução nº. 4, de 27 de março de 2024** - Altera o texto da Resolução nº 16, de 1º de junho de 2016, que regulamenta o serviço de plantão judiciário do Poder Judiciário do Estado do Pará, em 1º e 2º graus, para adequar o prazo de divulgação da lista com os nomes dos(as) plantonistas aos termos da Resolução nº 72, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)
- **Resolução nº. 5, de 3 de abril de 2024**- Autoriza a abertura de concurso público de provas e títulos para o preenchimento de 30 (trinta) cargos de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e formação de cadastro de reserva; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)
- **Resolução nº. 6, de 8 de maio de 2024** - Institui o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do



Pará para o período 2024 a 2026 e dá outras providências; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero)

- **Resolução nº. 7, de 3 de junho de 2024** - Altera a Resolução nº 3, de 21 de fevereiro de 2018, que institui e regulamenta o NAT-JUS, Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Resolução nº. 8, de 3 de julho de 2024** - Institui o Programa de Preparação à Aposentadoria – PPA e de Valorização de Magistrados(as) e Servidores(as) aposentados(as) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Estado do Pará; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Resolução nº. 9, de 3 de julho de 2024** - Dispõe sobre a transformação da Vara do Juizado Especial Cível de Acidentes de Trânsito da Comarca de Belém em 3ª Vara do Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Belém, com a redefinição de competência; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Resolução nº. 10, de 17 de julho de 2024**—Altera a Resolução nº 4, de 19 de junho de 2019, que regulamenta a remoção de servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)
- **Resolução nº. 11, de 17 de julho de 2024** - Institui a Política de Sucessão de Cargos do Poder Judiciário do Estado do Pará; (Des. Pedro Pinheiro Sotero)
- **Resolução nº. 12, de 17 de julho de 2024**—Define a 13ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém como órgão centralizador de execuções no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, nos termos da Lei Federal n. 14.193, de 6 de agosto de 2021; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero)
- **Resolução nº. 13, de 30 de outubro de 2024** - Altera a Resolução nº 18, de 14 de setembro de 2022, que dispõe sobre o índice de Carência de Varas do Poder Judiciário do Estado do Pará; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero)
- **Emenda Regimental nº. 34, de 28 de fevereiro de 2024** - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para dispor sobre a possibilidade de permanência do(a) Presidente, do(a) Vice-Presidente, do(a) Corregedor(a)-Geral de Justiça e dos(as) membros(as) do Conselho de Magistratura no exercício dos cargos quando em viagem oficial. (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)



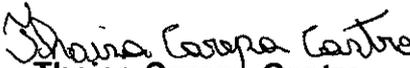
- **Emenda Regimental nº. 35, de 17 de julho de 2024** - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para especificar a competência das Turmas de Direito Privado e de Direito Penal para julgar recursos interpostos contra decisões que deferem ou indeferem as medidas protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Emenda Regimental nº. 36, de 31 de julho de 2024** - Alterar o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para incluir previsões específicas atribuídas pelo Conselho Nacional de Justiça à competência das Corregedorias Gerais de Justiça. (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Anteprojeto de Lei** - Dispõe sobre os serviços extrajudiciais notariais e de registro no Estado do Pará – Lei 10.539, de 20 de maio de 2024; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero)
- **Anteprojeto de Lei** - Dispõe sobre a reorganização dos serviços notariais e de registro, a desacumulação e a criação de serviços e serventias extrajudiciais no Estado do Pará – Lei 10.538, de 20 de maio de 2024; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero)
- **Anteprojeto de Lei** - Dispõe sobre a criação da Coordenadoria de Gestão Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Pará – Lei 10.626, de 25 de junho de 2024; (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Anteprojeto de Lei** - Dispõe sobre a alteração da estrutura de organização funcional da Corregedoria-Geral de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Pará – Lei 10.676, de 28 de agosto de 2024; (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Anteprojeto de Lei** - que dispõe sobre alteração, expansão, reorganização funcional de renomeação da Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; (Relator Des. Amílcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Anteprojeto de lei** que institui o novo Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos servidores do PJPA – Lei 10.803, de 10 de dezembro de 2024; (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)



- **Anteprojeto de lei** que altera a Lei Estadual nº 10.257, de 11 de dezembro de 2023, que dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registro e fixa os valores devidos pelos atos praticados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Anteprojeto de lei Complementar** - que cria cargos de Desembargador na estrutura funcional do Poder Judiciário do Estado do Pará, altera o caput do art. 17 da Lei Estadual nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981, para fixar o número de Desembargadores que compõem o Tribunal de Justiça, na forma do art. 155 da Constituição do Estado do Pará, e dá outras providências; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)
- **Anteprojeto de Lei Complementar** - que altera a redação do caput e dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 189, do Código Judiciário do Estado – Lei Complementar nº 180, de 5 de novembro de 2024; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)
- **Anteprojeto de Lei Complementar** – que dispõe sobre a elevação à terceira entrância das comarcas de Ananindeua, Marabá e Santarém – Lei Complementar nº 179, de 24 de outubro de 2024; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero); e
- **Emenda à Constituição do Estado do Pará** que altera o art. 155 da Constituição do Estado do Pará, que trata da composição do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – nº 92, de 15 de outubro de 2024. (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)

Por oportuno, ressalto que os atos normativos aprovados permitem a implementação de diversas ações no âmbito do Poder Judiciário, bem como atendem a demandas provenientes do Conselho Nacional de Justiça.

Belém, 15 de dezembro de 2024.

  
**Thaisa Carepa Castro**

Secretária da Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos  
Administrativos e Legislativos